

Ameaçados e Atingidos por grandes projetos de Engenharia: a problemática dos indígenas isolados no Acre e a prospecção de Petróleo

Erika Mesquita^{*}
Arsênio Oswaldo Sevá Filho^{}**

Resumo

Propomos nesse trabalho a discussão sobre os ameaçados e atingidos por grandes projetos de engenharia e sua problemática, tendo em vista o conceito de arena de Elinor Ostrom (1990). Entendemos por grandes projetos, todos aqueles que envolvem grandes empreendimentos, como a construção de obras de infra-estrutura como: hidrelétricas, refinarias de petróleo e derivados, barragens, túneis, transposição de rios, usinas termoeletricas e nucleares, rodovias, etc., com a característica de serem empreendimentos de grande porte e que transformam a paisagem e a fisionomia social. A categoria de atingidos, que se apresenta ainda em aberto, se constitui em mais um grupo vitimizado pelo denominado desenvolvimento. Buscaremos compreender os aspectos ligados aos processos de modificação de suas realidades e a constituição de arenas para negociação de conflitos. Analisaremos as transformações que acometem essas populações, apresentando diversas facetas, das ambientais, sociais e principalmente culturais, em que abordaremos a perda simbólica para além de seus lugares e territorialidades que é a perda da memória coletiva de um determinado grupo social. Pensaremos sobre essa problemática tendo como enfoque os indígenas, principalmente, índios isolados que, também estão envolvidos na questão, compondo também a categoria de ameaçado ou atingido, no estudo de caso da prospecção de petróleo no Acre.

A dinâmica dos grandes projetos de engenharia na lógica capitalista

Uma das características do capitalismo é a mercantilização da vida. Praticamente tudo se transforma em um produto à venda. Dentro desse processo que está em curso atualmente, a globalização da exclusão em todos os âmbitos, é o resultado da globalização das medidas econômicas, que faz com que o padrão de vida e consumo,

^{*} Doutoranda IFCH/UNICAMP

^{**} Professor Doutor da Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP e professor convidado do Programa de Pós- Graduação em Antropologia IFCH/UNICAMP

pregado como "ideal", pela atual etapa do capitalismo consiga prevalecer. Crescem os excluídos, de poder de compra, de território, de condições básicas de vida e de seu lugar de memória em prol do desenvolvimento, um dos pilares do capitalismo.

Criam-se também os problemas ecológicos, e estes se mundializam, exigindo soluções internacionais, soluções estas simples: o primeiro mundo ou países desenvolvidos mandam seus lixos e indústrias poluentes para os países do terceiro mundo, do quarto mundo ou subdesenvolvidos, em troca, estes "países-lixões" recebem empréstimos do FMI, BIRD ou do Banco Mundial com juros menores. As indústrias para mascarar sua real intenção em solo subdesenvolvido, que é de obter maiores lucros a custos menores, poluir e infectar com partículas tóxicas solo, águas e atmosfera, oferece além de tudo isso, algumas dezenas de empregos - muitos temporários - com pequenos salários, que os governos desses países, devido suas condições, os recebem de braços abertos. A poluição dos mares e da atmosfera, a degradação ambiental, a problemática da energia com sua poluição respectiva, sem falar nos armamentos, fez com que a humanidade, pela primeira vez na História, tivesse a partir da segunda metade deste século a capacidade de auto-extermínio.

As ameaças ecológicas são o resultado de conhecimento socialmente organizado e de sua percepção, mediado pelo industrialismo, sobre o ambiente. Giddens (2001) chama-as de um novo perfil de risco introduzido no mundo pelo advento da modernidade, no qual enumera um elenco específico de ameaças ou perigos característicos da vida social moderna. A possibilidade de guerra nuclear, calamidade ecológica, explosão populacional incontável, colapso do câmbio econômico global, crescente população de excluídos, além de inúmeras outras catástrofes globais potenciais, fornecem um horizonte inquietante de perigos. Ulrich Beck (1992;1997) caracteriza a sociedade contemporânea como uma "sociedade de risco", isto é, uma sociedade dominada pela percepção de perigo iminente causado pela própria existência humana, onde emergem novos padrões cognitivos que orientam políticas públicas e que se estendem à vida cotidiana dos cidadãos comuns.

Bourdieu (1998) observa também que o mundo está entrando em uma nova era, a era da industrialização total, mas surpreendentemente e apesar deste processo de igualação dos modos de produção, sempre aparecem novas diferenças, novos modos de privilégio, de poder e discriminação. Paradoxalmente esta "igualdade" produz desigualdades, e desigualdades cada vez mais exorbitantes. Entra aí a questão cultural, a apropriação e nivelamento cultural dentro da reprodução da desigualdade social em um contexto de modernidade.

Pensando sobre este prisma, é pertinente dizer que assistimos a processos de divisão e exclusão social em culturas que exaltam a igualdade como valor social. Assim sempre estarão presentes os outsiders, e eles são considerados um problema.

Bourdieu apresenta indícios de que a exclusão cultural se concebe como algo intrínseco a sociedade atual. A banalização dos processos de exclusão é um fato que se torna, cada vez mais, pertinente e corriqueiro, como se fizesse parte realmente da vida social. Esses processos de exclusão não são necessariamente econômicos, o são também culturais, tornando mais emblemática a questão, pois a exclusão de âmbito cultural é menos notada a olhos nus do que a econômica. Assim em meio a esta etapa globalizante do capital, a cultura constitui um meio decisivo para a reprodução das desigualdades e de privilégios nas sociedades modernas. Mas nem todos os povos são modernos no sentido ocidental do termo, e, mesmo assim, se tornam excluídos sofrendo com mecanismos provenientes da sociedade capitalista. O exemplo dessa exclusão é que muitos grupos sociais indígenas estão sendo deslocados forçadamente por conta de implantação de grandes projetos¹, de suas terras e de seus lugares, levados para outro, no qual, estão perdendo, a ligação emocional e simbólica com seu passado e memória. Esses atingidos ou afetados por essa grande indústria da exclusão constituem nosso enfoque.

Em grandes projetos, além das transformações ambientais geradas, esses empreendimentos também representam a perda de terras por um grande contingente de famílias, aumento das invasões de áreas do entorno no caso de estradas ou esvaziamento das mesmas, no caso de barragens, com a saída do povo do campo em busca da fantasia dos empregos gerados pelo empreendimento, aumento da pobreza, aumento dos fluxos migratórios para as cidades e desestruturação social, econômica e ambiental de famílias rurais, indígenas e ribeirinhas. Esses são alguns dos eventos que encontramos resultante da construção de grandes projetos de engenharia. Além dessa tragédia social, temos a cultural, caracterizada com a exclusão de seu lugar e a transfiguração da memória coletiva.

Essas representações da memória apresentam-se inscritas na materialidade e também no quadro social da memória². Nos lugares, a memória encontra seus pontos de apoio nas ruas, nas casas, nas praças, nas esquinas, nas vendas, no sertão, nas

¹ Entendemos por grandes projetos, todos aqueles que envolvem grandes empreendimentos como a construção de obras de infra-estrutura como: hidrelétricas, barragens, refinarias de petróleo e seus derivados, túneis, transposição de rios, usinas termoeletricas e nucleares, rodovias, etc., com a característica de serem empreendimentos de grande porte.

² As memórias são constituídas de lembranças, correlacionando-as com aspectos temporais, espaciais e processos históricos.

matas, na roça, nos caminhos. A vida e a memória ocupam os espaços de significados sociais — os lugares recebem as marcas dos grupos que neles vivem — e se ressentem quando são destruídos, pois, se é fácil transportar pedras, isto é, se é fácil alterar as casas e os quarteirões que constituem a cidade, *"não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens"* (Halbwachs, 1990:136). O que confere também identidade a um lugar são as sensações que penetram pelo corpo, é a memória que atribui significado às sensações, sendo as lembranças que as reconstróem no presente, lembrando que as sensações e a experiência do vivido estão carregadas de significados sociais. Notamos que para seus moradores, os seus lugares possuem imagens, cheiros, sons, sabores que penetram pelo corpo e se transformam em lembranças. Essa eclética combinação é única e assim caracteriza um lugar também como único.

No caso dos atingidos por grandes projetos, o território não se caracteriza, exclusivamente, por um princípio material de apropriação, apresenta-se além da dimensão material, a dimensão simbólica, muitas das vezes construtora de identidade. A identidade dos atingidos por grandes projetos é construída a partir do momento que diversos grupos sociais percebem a possibilidade de perda da permanência em suas terras, ou quando de fato perdem o acesso as suas terras, ficando alijadas de sua base material primeira de reprodução social, de seus valores culturais e simbólicos que se encontravam contidos naquele espaço. Se um determinado grupo de ameaçado e atingido for constituído por povos indígenas a ligação com o espaço de vida é muito mais forte e o sentimento de pertencimento pode ser percebido de forma muito mais intensa, pois além de um território-fonte de recursos, o espaço é ocupado também por uma importante dimensão simbólico-religiosa.

Memória e Lugar

Em Le Goff (1990), o exercício da memória é, pois, o exercício da lembrança, que por sua vez, é o exercício do pensamento simbólico – característica fundamental do homem. São, portanto, distintos processos e práticas culturais. Reside aqui a dimensão política. Como elemento fundamental na identidade cultural de um grupo tanto dos dominados quanto dos dominadores, dos vencidos e vencedores, a memória constitui um sistema seletivo e referencial, que irá localizar no presente os códigos de experiências culturais. A memória individual ou coletiva é, pois, um sistema onde se cruzam estruturas culturais, políticas e econômicas enquanto códigos de representação. Memória é a representação do passado que enfatiza a análise do

coletivo. Moradores de um determinado lugar são expectadores do passar dos anos na região, são depositários da memória da paisagem pretérita e importantes expectadores da paisagem atual. Assim vivificam o passado e tentam compreender o presente. Na acepção de Bachelard (1989:242) "(...) *toda a imagem simples revela um estado de alma*", nesse sentido a memória, as coisas e as pessoas comungam de uma mesma substância, a alma do lugar, pois se materializa e sofre transformações nessa instância.

A vida e a memória ocupam os espaços de significados sociais — os lugares recebem as marcas dos grupos que neles vivem — e se ressentem quando são destruídos, pois, "*não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens*" (Halbwachs, 1990:136). Para além da percepção física temos uma percepção simbólica e fenomenológica. As pessoas constroem o lugar e lhe dão significado e vida, com o movimento dialético do cotidiano, assim, os enchem de significantes e significados. Então bem podemos dizer que existe uma ligação dialética entre pessoas e lugares, pois, as pessoas constroem os lugares e estes colaboram para formá-las. Podemos concluir que o lugar é uma extensão do indivíduo e vice-versa. Dos lugares, são lembradas além das relações sociais as paisagens naturais e as percepções do ambiente. Recordar o lugar é lembrar de como ele era e no que se transformou. Em geral, lembra-se do que já não é, do que se acabou, do que deixou saudade, e a saudade é a imagem do ausente (Bosi, 1987).

As representações constitutivas da memória não são reproduções, mas reconstruções do real. A história de vida trazida pela memória é texto ancorado na realidade social e histórica. Dessa forma, pode ser pensada a partir das condições de sua produção — os processos históricos e a sociedade — e pelo que manifesta internamente quanto ao modo de agir e modo de ser. A memória entendida como um texto que se produz no presente, que é atualizada pelos estímulos do presente, as condições de sua produção tem a ver com seus quadros sociais. Assim há necessidade de ter a quem se referir para localizar lembranças, para conferir informações, para recuperar saberes e paisagens vividas coletivamente. Ação essa que só pode ser feita, no caso dos atingidos, simbolicamente, pois na maioria das vezes seus lugares que são lugares de memória coletiva já não existem mais.

O Conceito de Atingido

O conceito de atingido constitui-se em um conceito aberto, pois é representante de uma categoria social em disputa, sendo assim, vai variar bastante conforme os

contextos políticos e culturais. De maneira geral, de acordo com Vainer (2003), pode-se dizer que a noção de atingido vem se transformando, nos últimos 30 anos, resultado de uma longa trajetória de lutas, embates e conflitos que reúnem diversas categorias sociais que vão se configurar nos atingidos. A categoria de atingidos deveria, na prática, ir além do quesito que são aqueles que sofrem pelo não acesso aos seus recursos produtivos, pois não é só economicamente que são alijados, mas também culturalmente e simbolicamente. Logo, o termo atingido não se restringe somente as populações deslocadas fisicamente, ou seja, aquelas cujo empreendimento atinge diretamente as suas terras, mas também aquelas cujo empreendimento causa alterações profundas nos seus modos de vida e de sobrevivência, o que infelizmente não é levado em conta quando analisado os impactos de um grande projeto.

O Estado não deveria excluir ou desrespeitar a diversidade de suas populações e interesses no processo de decisão e na repartição dos benefícios e nem tampouco a exploração de recursos. O Estado deveria ser pautado pela coisa pública e o bem comum que deveria garantir a todos indiscriminadamente. No nosso país, como em alguns outros países, a lamentável tradição é de se excluir as sociedades tradicionais, agora na categoria de ameaçados e atingidos por mega projetos.

As Arenas

Questionar o papel dos grandes projetos implica, para a sociedade como um todo, questionar a sua própria estrutura de desenvolvimento que adota. A questão é que até os dias atuais esses empreendimentos que promovem o desenvolvimento continuam se apresentando um alto custo para populações locais. Cabe aqui uma pergunta: desenvolvimento para quem? Excluídos e vitimizados, os ameaçados e atingidos, são alijados da arena de debate sobre a implantação de projetos. O preconceito com o conhecimento e a vida dessas populações tradicionais, composta por ribeirinhos, caboclos, indígenas, caipiras, caiçaras, quilombolas, etc, os remete a uma categoria de indivíduos quase sem importância na configuração social proposta por grandes empresas, que tem os ditames da sociedade moderna capitalista.

O reconhecimento destas questões revelou claramente o processo de exclusão que a construção de grandes obras provocam, cujo, os mais afetados foram as populações tradicionais, que também podem ser compreendidas como população do lugar. Essas populações são caracterizadas como atrasadas, arraigadas a tradição e,

porque não, desqualificadas dentro da lógica moderna, desprezíveis quanto a sua visão de mundo perante a visão dos grandes empreendedores.

Para se entender os conflitos que envolvem a questão dos grandes projetos, podemos utilizar o conceito de arena, proposto por Elinor Ostrom (1990). Compreendeu-se arena como um subtipo de situação social, dado o seu caráter voltado mais estreitamente ao estabelecimento de regras de apropriação de base comum de recursos, que podem ou não contar com a participação de mediadores externos. A autora também aponta que a ação coletiva de vários atores é influenciada por diferentes tipos de arenas, que variam das mais as menos formais.

Ostrom (1990) em sua definição de arena considerou para compreender seu estudo sobre as "CPRs situations" (situações de uso de base comum de recursos) e as definiu como situações nas quais um determinado tipo de ação ocorre. Em suas palavras:

"Uma arena é simplesmente a situação na qual um tipo particular de ação ocorre. Negociações políticas a respeito das regras que serão usadas para regular o nível operacional das escolhas desenvolve-se em uma ou mais arenas de ação coletiva. Os apropriadores de um CPR [base comum de recursos] podem mudar ou não as regras de uma arena. Se os apropriadores mudam as regras de uma arena, essa mudança é desenvolvida internamente. Se os apropriadores usando um CPR não podem mudar as regras que organizam as escolhas operacionais, então as únicas arenas para a escolha coletiva são externas aos apropriadores de CPR. Nestes casos, as escolhas sobre as regras a serem implementadas podem ser elaboradas por agentes governamentais em estruturas burocráticas, por membros das legislaturas regionais ou nacionais, e por juízes em arenas judiciais (...)" (tradução nossa, Ostrom, 1990: 54).

Isso permite refletir sobre a questão de como grupos com maior poderio econômico podem interferir no processo de apropriação de áreas, muitas vezes de uso comum destas populações tradicionais e rurais.

Nesta gama variada de atores envolvidos no processo de grandes construções vale notar a presença de proprietários de terras, de professores universitários, de estudantes, de técnicos, de especialistas e de movimentos sociais, além dos ameaçados e atingidos. Podemos considerá-los em suas relações como nódulos que se comunicam dentro de uma arena, cada qual com seus objetivos e motivações específicas relativamente ao projeto em pauta e há uma resistência ou não, expressa em diferentes graus e formas. As arenas são hermeticamente fechadas podendo se comunicar entre elas. A metáfora que dá conta dessa polifonia é a dos fractais. Deleuze e Guattari (1995) concebem a metáfora do fractal subentendendo que o

processo comunicativo de conhecimento passaria de uma produção singular para múltiplos referenciais, que chegaria a acepção de rizoma, que destaca a multiplicidade, complexidade e interconexão de saberes, no caso, podemos acrescentar de acordo com cada diferente arena.

Em relação aos camponeses e populações tradicionais o importante é o uso do recurso natural, terra, águas e matas e não o recurso em si. Então, muitos não possuem a posse legal de suas terras, pois são muitas vezes de uso comum, com exceção da casa de morada, que para os indígenas também são de uso comum. Como fica a construção, por exemplo, de uma barragem nessas terras? É sobre essa problemática que se constrói uma arena. Arena em que deveria haver conversações dos vários lados envolvidos, em equidade, mas que na maioria dos casos não ocorre, justamente pela força econômica predominante em um dos lados que destrói essa possível formação da arena.

Há bem pouco tempo, a partir de meados da década de 80, pesquisadores e juristas vem destacando os impactos causados por grandes projetos junto às populações tradicionais e camponesas, e tentando por em prática uma verdadeira arena de negociações. Um aspecto que, por exemplo, foi apontado por Kirsch (2001) no caso estudado por ele de indígenas das ilhas Marshall, no oceano Pacífico, que foram removidos, nas décadas de 1940 e 1950, por causa do perigo da radioatividade derivada dos testes nucleares norte-americanos que ocorriam na área. Nesse estudo, os atingidos trinta anos depois, recorreram ao âmbito jurídico alegando perdas culturais com sua transferência, e utilizaram um conjunto de alegações que colocam alguns elementos problemáticos para discussões sobre perdas culturais e direitos de propriedade de grupos tradicionais e indígenas, em tribunais e entre os próprios profissionais envolvidos, dentre eles cientistas sociais.

Alguns desses elementos apontados por Kirsch (2001:170) como parte de um impacto o que ocasionou uma transformação de tal sociedade foram: como reconhecer perdas sócio-culturais? Como recompensar, logo, valorar financeiramente, aquilo que antes não tinha valor de mercado? Como diferenciar as perdas causadas por seres humanos daquelas causadas por outros eventos, como os desastres naturais?

Essa questão vem sendo levantada há poucos anos e atualmente, podemos ver muitas dessas ações em todo mundo. Aqui no Brasil, o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, vem dando visão a esses casos de descaso com a população envolvida, principalmente aos aliados de seus lugares, por causa da implantação de grandes

barragens e hidrelétricas. E, mesmo o Ministério Público e o Ibama, que há bem pouco tempo, pouco faziam em prol dos ameaçados e atingidos, engrossam a lista dos órgãos que analisam os grandes projetos levando em conta, não só o desenvolvimento da região, mas os diversos processos de transformação pelo qual a paisagem e seus habitantes sofrerão com a implantação de uma obra de grande porte.

Oswaldo Sevá Filho (2004) na análise da problemática em torno da construção de barragens e hidrelétricas que compreende que é:

"(...) mais salutar que, diante de um mega – projeto, que é logicamente destrutivo, não fiquemos inutilmente fazendo e relendo check-lists dos "impactos", que às vezes se parecem mais com um necrológio do que vai morrer e desaparecer daquele trecho do mundo. Encaremos de frente, isto sim, o fato de que uma mega-obra provoca uma alteração de grande porte na natureza e uma transformação radical na sociedade" (Sevá Filho, 2004:5).

Assim sendo, pensar em impactos é aceitar a lógica oprimente dos grandes projetos de engenharia, o destoante é a análise macro do ambiente e da sociedade e do processo de modificação pela qual sofrerá.

A mudança no ambiente quer de ordem natural, como em função de enchentes, furacões, vulcanismos, etc., ou causadas pela ação do homem, como as barragens, construção de usina hidrelétrica, etc., podem ser consideradas transformações radicais que acometem tanto a natureza quanto os grupos sociais. No âmbito de percepções negativas, que são inerentes a esses grandes eventos críticos de ordem natural, a antropóloga Veena Das (1999) os analisa como geradores de novos modos de ação, redefinidores de categorias e potenciais geradores de novos atores políticos. Acrescentamos a essa categoria de grandes eventos críticos não só as catástrofes naturais, mas a construção de mega projetos de engenharia, pois, tanto quanto os eventos naturais, estes, causam igualmente grandes mudanças na fisionomia da paisagem, quer ambiental ou social.

Cabe aqui também a análise sob o viés antropológico e no debate que nos leva à indissociabilidade das alterações das relações sociais locais e externas com as relações com a natureza. É possível que alterações em uma dessas dimensões leve sempre a alterações na outra. Tal afirmação seria válida à luz das idéias de Lévi-Strauss (1989), para quem todo pensamento é classificatório e totalizador. As mudanças têm um sentido dentro da morfologia local, o que causa, em inúmeros casos, ressignificações de certos elementos (Sahlins, 2003).

Notamos que esses eventos críticos provocados pela ação antrópica, promovem além da transformação na estrutura o surgimento efetivo de novos atores políticos, dentro da categoria excluído de algo, como é o caso dos atingidos por barragens, grupo formado por atingidos e ameaçados por grandes projetos, ligado a geração de energia hidrelétrica no Brasil. O Movimento dos atingidos se constitui num ator político, que vem se alterando, crescendo e ampliando sua ação, tendo em vista a dinâmica do mundo da vida que se apresenta atualmente em várias partes do país. Por conta de outros grandes projetos de engenharia, que também alijam grupos de seus territórios, os infectam, violentam ou matam como é o caso de projetos ligados a obtenção de hidrocarbonetos. Matar no sentido de matar um indivíduo ou toda uma cultura.

Trataremos, a seguir sobre a problemática dos atingidos e ameaçados por grandes projetos e a exclusão de seu território e de sua cultura. Apresentaremos o caso atual dos índios isolados do Acre, duplamente ameaçados pela retomada da prospecção de petróleo no Vale do Juruá – Acre.

Em terras acreanas, o petróleo vem sendo almejado desde a década 30. Em 1934 o petróleo motivou prospecções na Serra do Divisor, vale do Alto Juruá, na cabeceira do Rio Moa. Uma das perfurações remanescentes na região (Buraco da Central) hoje jorra água sulfurosa e morna continuamente e os restos de uma caldeira confirmam tal empreitada. Entretanto, o potencial existente não justificou a exploração. A questão é que até a década de 1970, quando foram feitos alguns estudos por parte da Petrobrás nesta região, não havia sido regularizada nenhuma unidade de conservação, muito menos terra indígena (Iglesias, 2007).

Hoje, de acordo com Iglesias (2001:3) *"ao longo da extensa fronteira internacional com o Peru, um conjunto contínuo de florestas, constituído por 27 terras indígenas, 14 unidades de conservação e dois projetos de assentamento extrativista, equivalente a 48,5% do território acreano, já foi reconhecido e criado oficialmente no estado"*. Uma primeira questão é a ocorrência de prospecção ou extração de recursos de unidades de conservação ou terras indígenas, sendo que a prospecção não irá respeitar essas áreas de preservação, ocorrendo no interior ou entorno. A outra questão diz respeito aos povos indígenas isolados que habitam a região. Segundo Iglesias (2007):

"A Frente de Proteção Etno-ambiental Envira, da Funai, estima a população dos grupos "isolados" entre 600 a 1000 índios "isolados", que perambulam e habitam de forma permanente as florestas banhadas pelos pequenos afluentes e tributários das cabeceiras dos rios Envira, Muru, Humaitá,

Tarauacá, Jordão e Breu, no vale do Alto Juruá, e os rios Iaco e Chandless, no vale do Alto Purus. Ainda conforme dados da Funai, certamente, é nessa região onde se concentra o maior número de índios "isolados" na Amazônia brasileira". (Iglesias, 2001; 2007:21)

Na polissêmica categoria de atingidos estão duplamente, os indígenas isolados, e que mesmo assim, denominados isolados sofrem os problemas advindos das transformações que ocasionam os grandes projetos de engenharia. Sofrem o problema duplamente porque são além de grupos que terão que, no mínimo, se deslocar de seus territórios, assim como outros atingidos, eles são e querem ficar isolados, ou seja, os problemas dos "brancos", não deveriam resvalar neles, sendo mais precisos, não deveriam também ser o deles.

Devido a exploração de hidrocarbonetos e petróleo no Peru e Bolívia, trazendo desmatamento e urbanização de antigas áreas de povos indígenas, sem falar na própria exploração dos recursos naturais e minerais, muitos indígenas, principalmente isolados, acabam se alojando nessas áreas do Vale do Juruá, no hoje território acreano, para dar continuidade a sua condição de vida, e ainda encontram ali um local apropriado. O sertanista, José Carlos dos Reis Meirelles, chefe da Frente de Proteção Etno-ambiental Rio Envira, da Funai, que desde 1987 vive e trabalha na região, garantindo os territórios de um considerável número de povos indígenas isolados, revela que:

"(...) alguns destes são moradores dessa região desde antes da chegada dos seringalistas no começo do século passado e, desde então, sobreviventes de correrias e conflitos armados, e outros chegaram nos últimos anos, como resultado das atividades de madeireiros e de empresas petrolíferas do lado peruano da fronteira".(Iglesias, 2007:20)

Portanto, cada vez é maior a presença de indígenas isolados do grupo Nawa e Pano no Acre proveniente do Peru devido às ameaças de madeireiros e petróleo nos lados Peruano e Boliviano. Esses grupos para fugirem acabam na Amazônia brasileira, na região do Vale do Rio Juruá, área de densa floresta virgem, onde esses indígenas isolados ainda podem se abrigar para permanecerem sem contato com a "civilização ocidental".

Segundo a antropóloga Mary Allegretti: *"Devido à existência de tribos sem contato na região do Juruá, os barulhos de moto-serra para abrir caminho na floresta para estudos de área, já houve relato que indígenas já reagiram a essa ação e que houve ataques a essas pessoas que faziam a demarcação."*

Estas populações que comungam de outra cultura e de outra sociabilidade, distinta da moderna-ocidental, devem ser levadas em consideração. A perda de um

território ou territorialidade para os grupos indígenas, constitui também a perda de signos e significados, de parte de sua cultura e de parte de seu mundo da vida. Consta na Carta Magna da nação brasileira que em caso de recursos minerais e energéticos em terras indígenas, estes deverão ser consultados, mas como fazer no caso de índios isolados? A questão é emblemática, a riqueza que esses povos isolados possuem sua cultura, seu modo de vida, sua língua e formas de comunicação, teria uma maneira de quantificar monetariamente a destruição dessa cultura? Seria a solução valorar uma cultura? Ou mesmo valorar a diminuição considerável de seu território-lugar, o que resvala em sua cultura? Acreditamos que esse impacto é o mais relevante para trazermos a pergunta: desenvolvimento para quem e a que custo? Sabendo que esses povos isolados não necessitam de petróleo e derivados para sobreviver.

Conclusão?

Essa discussão que nem de longe concluímos sugere o conhecimento, mas, e principalmente o reconhecimento da luta das populações ameaçadas e atingidas por grandes projetos. Mas não só o reconhecimento da luta, mas o valor de seus conhecimentos tradicionais e de seu modo de vida, que muitas vezes a sociedade moderna ocidental põe na hierarquia como à margem. Busca também questionar o papel dos grandes projetos e no que implica para a sociedade como um todo, assim, dialeticamente questiona a própria estrutura de desenvolvimento que a sociedade adota. Logo, sugere a seguinte proposição, o tal desenvolvimento os justifica? Acreditamos que conhecemos bem a resposta, vale realmente a colocarmos em prática e construiremos não só um novo e outro desenvolvimento, mas uma nova estrutura e, dede logo, sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, Gaston. *La Poética del Espacio*, Fondo de Cultura, México, 1989.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, Companhia das Letras, São Paulo, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*, São Paulo, EDUSP, 2001.
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton. et al.. (Org.). *Território Territórios*. 1 ed. Niterói, 2002, v. , p. 17-38.
- SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de

Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ Museu Nacional/ UFRJ (Comunicação No. 9), mimeo, 1986.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR vol. 3, Rio de Janeiro, ANPPUR.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1990.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. Consolidação do corredor de terras reservadas para os índios isolados na fronteira do Acre com o Peru: uma pauta. Mimeo. 8 pg. Maio, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Invasões peruanas continuam no Alto Juruá. Jornal Página 20 (Papo de Índio), Rio Branco, 28 de novembro, pg. 16-17, 2004.

_____. Prospeção de Petróleo e Gás nas Florestas Acreanas (Papo de Índio), Rio Branco, 26 de fevereiro, pg.20-21, 2007.

KIRSCH, Stuart. Lost worlds: environmental disaster, 'culture loss', and the law. *Current Anthropology*, v. 2, n. 2, p. 167-178, April 2001.

LE GOFF, J. *A História Nova*, Editora Martins Fontes, São Paulo, 1990.

OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SEVÁ Filho, Arsênio Oswaldo. Conhecimento crítico das mega – hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais, Indaiatuba, II Encontro nacional da ANPPAS, maio de 2004.

VAINER, Carlos Bernardo. O Conceito de Atingido: uma revisão de debates e diretrizes. Rio de Janeiro, 2003.